

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE PORTUGUÊS PARA SURDOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO ESTADO DE GOIÁS: UMA ANÁLISE EM CURRÍCULOS DOS CURSOS DE LETRAS

INITIAL TRAINING OF PORTUGUESE TEACHERS FOR THE DEAF IN PUBLIC HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS OF THE STATE OF GOIÁS: A CURRICULAR ANALYSIS IN LANGUAGE AND LITERATURE PROGRAMS

Júlia Verônica de Oliveira Santos¹

Universidade Federal de Goiás

Layane Rodrigues de Lima²

Universidade Federal de Goiás

Resumo: Este trabalho objetiva apresentar os resultados da investigação sobre a oferta de formação inicial de professores de Português como Segunda Língua para Surdos (PSLS) em instituições de ensino superior públicas do Estado de Goiás. Para isso, adotou-se uma abordagem qualitativa por meio de pesquisa documental. A pesquisa documental efetuou-se pela busca e análise dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC's) de Letras-Português de instituições de ensino superior públicas do estado de Goiás. O estudo identificou que, na maior parte das cinco instituições públicas que ofertam o curso de Letras-Português no Estado de Goiás, o ensino de PSLS ainda não está incluído como disciplina nos currículos e, quando incluído, consta em componente curricular não obrigatório. Ademais, também não foram identificadas ações que promovam a formação de professores para o ensino de PSLS. Dessa forma, este estudo demonstra a necessidade de inclusão do componente curricular PSLS na formação inicial dos professores de Letras-Português do Estado de Goiás.

Palavras-chave: Formação inicial de professores; português para surdos; currículo; Libras.

Abstract: This study aims to present the results of an investigation into the provision of initial training for teachers of Portuguese as a Second Language for the Deaf (PSLS) in public higher education institutions in the state of Goiás. A qualitative approach was adopted through documentary research. The documentary research consisted of searching for and analyzing the Pedagogical Course Projects (PPCs) of Portuguese Language and Literature programs in public higher education institutions in Goiás. The study found that, in most of the five public institutions offering Portuguese Language and Literature programs in the state, PSLS teaching is still not included as a course in the curriculum and, when included, it appears as a non-mandatory curricular component. Furthermore, no initiatives promoting teacher training for PSLS teaching were identified. Thus, this study highlights the need to include PSLS as a curricular component

¹ Graduanda do curso de Letras: Tradução e Interpretação em Libras/Português da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. E-mail: juliaveronica22@hotmail.com

² Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília. Professora Adjunta de Linguística e de Língua Portuguesa do Departamento de Libras e Tradução da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. Email: layanelima@ufg.br

in the initial training of Portuguese Language and Literature teachers in the state of Goiás.

Keywords: Initial teacher training; Portuguese for the deaf; curriculum; Libras.

Submetido em 14/10/2025

Aprovado em 29/12/2025

Introdução

A educação de pessoas surdas, no Brasil, é uma crescente que tem se fortalecido nas últimas décadas, principalmente em virtude das legislações que foram implementadas em prol da educação bilíngue de surdos. O processo de ensino e de aprendizagem de pessoas surdas envolve, além do trabalho com a Língua Brasileira de Sinais (Libras), o ensino do português escrito, visto que os surdos têm o direito de utilizar e aprender a língua oficial do país, pois é por meio desta língua que eles também farão o exercício de sua cidadania (Quadros e Schmiedt, 2006). Nesse sentido, a formação de professores para o ensino de Português como Segunda Língua para Surdos (PSLS) é prevista no artigo 13, capítulo III, do Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

Segundo o Decreto, o ensino de PSLS

deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior, bem como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa (Brasil, 2005, art. 13).

Portanto, recomenda-se que a formação de professores para o ensino de PSLS seja ofertada nos currículos dos cursos de licenciatura em Letras-Português. Diante disso, este estudo³ empenhou-se em investigar as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do Estado de Goiás, com o objetivo de identificar a oferta da formação inicial de professores de PSLS nos cursos de licenciatura em Letras-Português dessas instituições.

De acordo com Fernandes, Pereira e Ribeiro (2024), o ensino de PSLS tornou-se, nas últimas duas décadas, um campo de pesquisa emergente. Todavia, as autoras expõem que esse ensino ainda não está contemplado como disciplina, área de conhecimento e nem mesmo está presente nos cursos de licenciatura em Letras, com habilitação para o

³ O estudo aqui apresentado é fruto das atividades científicas desenvolvidas na pesquisa intitulada “Políticas e Currículos de formação inicial de professores de português para surdos em instituições de ensino superior públicas do Estado de Goiás” do Programa de Iniciação Científica, conforme realizada pela primeira autora sob a orientação da segunda autora, executada na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, no ciclo 2025-2025.

português, como prevê a legislação. Nessa perspectiva, esta investigação busca apresentar: as especificidades do ensino de PSLS; as características do currículo na formação inicial de docentes para o ensino de português para surdos; e o cenário atual da formação inicial de professores de PSLS nas instituições públicas de ensino superior do estado de Goiás.

1. Ensino de Português como Segunda Língua Para Surdos (PSLS)

O ensino de PSLS objetiva ofertar ao aluno surdo o acesso integral e apropriado ao português escrito e à Libras, por meio do ensino bilíngue (Faria-Nascimento, 2024). Desta forma, convém que esse ensino tenha a Libras como a base para o processo de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa na modalidade escrita, como indicam Fernandes (1999; 2024) e Avelar e Freitas (2016). Assim, conforme expõe Faria-Nascimento (2024, p. 84), “a língua de sinais precisa ocupar o seu lugar na sala de aula”, dado que a Libras é a língua recomendada para a instrução, o ensino, a comunicação e a interação de estudantes surdos na área educacional.

Considerando as especificidades do discente surdo, é importante privilegiar o ensino contextualizado, uma vez que a realidade do aluno impacta o seu processo de formação. Segundo Lodi, Harrison e Campos (2012), as necessidades e as particularidades de cada grupo social devem ser pensadas no processo de aprendizagem da escrita. Ademais, Faria-Nascimento (2024) destaca que a educação de surdos bem-sucedida é guiada por um currículo visual, compatível com as particularidades dos estudantes, sem diminuir os conteúdos, mas realizando as adaptações necessárias.

Ainda visando as singularidades dos alunos surdos, Faria-Nascimento et. al. (2021, p. 23) evidenciam que o ensino de PSLS precisa estruturar-se em uma abordagem “bilíngue, visual, funcional, contextualizada, autêntica, intercultural, multissemiótica, dialógica, contrastiva, e baseada no perfil e nas especificidades dos educandos surdos”. Nesse sentido, a visualidade do surdo é o fio condutor do ensino de PSLS. Portanto, é desejável que os processos de leitura e de escrita do aluno surdo sejam visuais e guiem o estudante à identificação e à compreensão das convergências e das divergências entre a Libras e o português.

Nessa perspectiva, indica-se considerar as experiências visuais da pessoa surda. Fernandes (2024) expõe que é fundamental viabilizar, ao estudante surdo, um processo de letramento que possibilita a contextualização visual. Para isso, a autora sugere o uso

de enunciados verbovisuais. A verbovisualidade tem a escrita como dimensão verbal e os recursos semióticos como elementos visuais, já que, um único enunciado verbovisual é capaz de desencadear três elementos em um único plano textual, a saber: elementos textuais verbais - a Libras e o português escrito; elementos paratextuais não verbais - recursos semióticos visuais; e a intertextualidade - os conhecimentos prévios e de mundo do aluno surdo (Fernandes, 2024).

Sobre os aspectos metodológicos do ensino de PSLS, conforme o capítulo IV, do Decreto nº 5.626/2005, o professor deve “adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua” (Brasil, 2005). Assim, convém que o processo de avaliação no ensino de PSLS seja preciso e diferenciado do aluno não surdo, pois, como afirma Souza (2018), o processo de avaliação é um ponto crucial para a inclusão do educando surdo. Faria-Nascimento (2024) aponta ainda que a avaliação de surdos, na educação bilíngue, tem que ser: diagnóstica, processual, do ensino e do nível de aprendizagem. A autora ressalta que, para garantir a permanência dos estudantes na escola, é indispensável também avaliar os níveis de acessibilidade a eles assegurados, bem como eliminar as barreiras comunicacionais, metodológicas, instrumentais, pedagógicas e, entre outras, linguísticas.

Assim, todos esses aspectos do ensino de PSLS requerem estar presentes na formação inicial do professor.

2. Currículo de formação inicial de professores

Feldmann, Masetto e Freitas (2016) apontam que o currículo entrelaça, em seu interior, os contextos social, histórico, político, de sala de aula e o contexto de vida dos alunos. Desta maneira, no que diz respeito ao currículo na formação inicial de professores, compreendê-lo como um processo de construção do conhecimento é apropriado. Além disso, como afirmam Feldmann, Masetto e Freitas (2016), para o processo educativo e a construção da consciência serem concretizados, o currículo pode constituir-se como um desencadeador, organizador e viabilizador do trabalho pedagógico. Logo, é por meio dele que se estabelecem o processo educativo e a edificação da consciência.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (MEC, 2019), os alunos egressos dos cursos de licenciatura devem estar habilitados a utilizar diferentes estratégias e recursos que atendam às especificidades de aprendizagem dos alunos. Nessa perspectiva, sugere-se

que o currículo na formação inicial de professores de PSLS dê importância às particularidades dos estudantes surdos. Atentando ao artigo 13, do Decreto n.º 5.626/2005, que estabelece que os cursos de Letras-Português precisam garantir a formação de profissionais para o ensino de PSLS, espera-se que os alunos egressos destas licenciaturas estejam preparados para a atuação no ensino de PSLS.

Nessa direção, as Diretrizes de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, da Universidade Federal de Goiás (UFG, 2023), determinam que, além da perspectiva linguística, a formação inicial de professores para a educação bilíngue contemple aspectos teóricos e metodológicos. Deste modo, o planejamento e a avaliação são aspectos fundamentais no processo de ensino e de aprendizagem aos discentes surdos. Para Ghedin (2012), o currículo tem que considerar a importância do planejamento a fim de orientar o trabalho do docente e traçar os critérios de avaliação da aprendizagem dos conteúdos. Logo, além da função social, o currículo carece ser concebido como uma ferramenta sistemática, que exige metodologias.

Finalmente, pensando na necessidade de um ensino bilíngue e de que é recomendável que o ensino de PSLS tenha um currículo “específico e intercultural condizente com as características linguísticas dos surdos” (Faria-Nascimento, 2024, p. 115), é prudente que o docente seja fluente em Libras e em língua portuguesa. Assim, torna-se evidente que o currículo na formação inicial de professores de PSLS deve ser específico e se atentar aos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, os alunos surdos e os docentes, como indica Faria-Nascimento (2024).

3. Metodologia

Adotou-se, neste estudo, uma abordagem qualitativa que, segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 269), “preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano”. O estudo incluiu o eixo metodológico da pesquisa documental, que tem por característica a fonte de coleta de dados restrita a documentos (Marconi e Lakatos, 2003).

Sendo assim, a pesquisa documental deu-se pela busca e análise dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC's) de Letras-Português de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do estado de Goiás, conforme disponibilizados para acesso público nos

sites eletrônicos das respectivas IES. Com esse propósito, a primeira procura foi pelas universidades públicas do estado que ofertam o curso de Letras-Português.

As instituições selecionadas foram as seguintes: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG); Universidade Estadual de Goiás (UEG); Universidade Federal de Catalão (UFCAT); Universidade Federal de Jataí (UFJ); e Universidade Federal de Goiás (UFG). Posteriormente, no *site* eletrônico das IES, pesquisou-se pelos PPC's do curso de Letras: Português.

Intencionando a identificação de disciplinas e/ou ações cuja finalidade seja a promoção da formação de docentes para o ensino de PSLS, os PPC's foram analisados mediante a verificação dos seus componentes curriculares, assim como as ementas, as bibliografias, as cargas horárias e a obrigatoriedade/opcionalidade da oferta da disciplina.

4. Análise dos dados

Nesta seção, são discutidos os resultados encontrados na pesquisa documental implementada. Inicialmente, é necessário mencionar que todos os PPC's estão disponíveis, em sua íntegra, nos sites eletrônicos de suas respectivas instituições, portanto o processo para o acesso destes documentos foi relativamente fácil. À vista disso e para a discussão dos dados, o quadro 1, apresentado a seguir, expõe as informações identificadas após a leitura e a análise dos PPC's do curso de Letras-Português das IES públicas do Estado de Goiás, quanto à oferta de componentes específicos de ensino de PSLS.

Quadro 1 - Oferta da disciplina de ensino de PSLS nas IES públicas do Estado de Goiás.

Instituição	Ano de vigência do PPC	Disciplina ofertada	Ementa da disciplina	Carga horária	Natureza
IFG	2018	Sim	Não identificada	Não identificada	Optativa
UEG	2023	Não identificada	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
UFCat	2024	Não identificada	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
UFG	2024	Sim	Cultura e identidade surda. Aquisição de língua de sinais. Concepções de leitura e escrita, alfabetização,	64h	Optativa

			letramento. Metodologias de ensino de língua estrangeira, metodologias de ensino de segunda língua para surdos, metodologias de leitura e produção de textos. Gêneros e tipos de texto. Interlíngua.		
UFJ	2007	Não identificada	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: elaboração própria (2025).

Logo após a análise dos PCC's, evidenciou-se que, das cinco IES investigadas, apenas o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) e a Universidade Federal de Goiás (UFG) oferecem uma disciplina específica de ensino PSLS. Todavia, somente a UFG disponibiliza informações precisas sobre o componente curricular. O Projeto Pedagógico do IFG, apesar de mencionar a existência de uma disciplina intitulada “Ensino de Língua Portuguesa para surdos”, não exibe a sua ementa, a bibliografia ou a carga horária. A única informação indicada é a de que se trata de uma disciplina optativa. As demais instituições não apontam a existência de disciplinas específicas de ensino de PSLS.

Observa-se, no quadro 1, que o Projeto Pedagógico de Curso da UFG propõe, na ementa da disciplina de ensino de PSLS, a discussão de assuntos relevantes. Para tanto, a disciplina possui carga horária de 64 horas, sendo 34 horas dedicadas ao ensino teórico e 34 horas voltadas à prática. Vale destacar que, assim como no IFG, na Universidade Federal de Goiás esta disciplina é de natureza optativa, o que não garante que todos os discentes egressos desta licenciatura estejam habilitados para o ensino de português como segunda língua para surdos. Ademais, a ementa da disciplina contempla a abordagem de metodologias de ensino de português para surdos, todavia não há descrição de como este e os demais conteúdos programáticos serão trabalhados.

A disciplina oferecida pela UFG baseia-se em uma fundamentação teórica mais tradicional, da qual as obras mais atuais são do ano de 2002, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 2 - Fundamentação teórica da disciplina “Ensino de português para surdos” da UFG.

Autor (a)	Título	Editora e ano de publicação
BOTELHO, P.	Linguagem e letramento na Educação dos surdos: Ideologias e práticas pedagógicas.	Autêntica, 2002.

QUADROS, R.	Educação de surdos: a aquisição da linguagem.	Artes Médicas, 1997.
BRASIL	Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica.	MEC/SEESP, 2002.
SKLIAR, C. (Org.).	A Surdez: um olhar sobre as diferenças.	Mediação, 2001.

Fonte: elaboração própria (2025).

Considerando que o ensino de PSLS tornou-se, nas últimas duas décadas, um campo de pesquisa emergente, como afirmam Fernandes, Pereira e Ribeiro (2024), pode-se pensar na necessidade de atualização do referencial teórico básico desta disciplina, para que os egressos do curso, além de contato com as referências precursoras, possam acessar estudos mais recentes e atuais desta temática. Além disso, é necessário refletir que este PPC foi aprovado e entrou em vigor em 2024, o que evidencia que esta atualização poderia ter sido realizada.

Tendo em conta que a maioria das instituições investigadas não oferece uma disciplina específica de ensino de PSLS, e que esta pesquisa procura reconhecer, também, ações nas IES públicas do Estado de Goiás que visam a promoção do ensino de PSLS, encaminha-se agora a exposição de outros dados encontrados e analisados. Após a elucidação acerca do cenário de oferta de uma disciplina específica de ensino de PSLS, e atentando-se ao capítulo II, do Decreto n.º 5.626 de 2005, que prevê a inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores, seguiu-se pela identificação desta disciplina, bem como pela verificação de possíveis relações entre esta disciplina e o ensino de PSLS. Apresenta-se a seguir, no quadro 3, as informações obtidas.

Quadro 3 - Oferta da disciplina de Libras nas IES públicas do Estado de Goiás.

Instituição	Ano de vigência do PPC	Disciplina ofertada	Ementa	Carga horária	Natureza
IFG	2018	Sim	Introdução: aspectos clínicos, educacionais e sócio antropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira - Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audiovisuais. Noções de variação. Praticar Libras: desenvolver a expressão visual-espacial.	54h	Obrigatória
UEG	2023	Sim	História da educação especial. Paradigma	60h	Obrigatória

			Inclusivo. Legislação. Filosofias educacionais de atendimento a surdos. Cultura Surda. Aquisição da Língua Brasileira de Sinais: conversação e interpretação.		
UFCat	2024	Sim	Introdução às práticas de compreensão e produção em LIBRAS através do uso de estruturas e funções comunicativas elementares. Concepções sobre a Língua de Sinais. O surdo e a sociedade.	64h	Obrigatória
UFG	2024	Sim	Introdução às práticas de compreensão e produção em LIBRAS por meio do uso de estruturas e funções comunicativas elementares. Concepções sobre a Língua de Sinais. O surdo e a sociedade.	64h	Obrigatória
UFJ	2007	Não identificada	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: elaboração própria (2025).

Nota-se que, mesmo com a exigência prevista pela legislação, a Universidade Federal de Jataí não propicia o ensino da Língua Brasileira de Sinais, conforme as informações constantes no PPC disponibilizado na página eletrônica da instituição. Porém, é importante mencionar que esta é a única das IES investigadas que não oferta a disciplina. As demais instituições oferecem o ensino da Libras e apresentam variações na forma de disponibilizá-la.

As Universidades Federais de Catalão e de Goiás possuem uma ementa parecida, tal como se assemelham à carga horária total. Entretanto, a distribuição destas cargas horárias e os períodos em que a disciplina é ofertada diferem-se nas instituições. Enquanto na UFG toda a carga horária da disciplina, que é lecionada no primeiro período, é voltada para a prática; na UFCat, a disciplina é oferecida no segundo período, e a carga horária é dividida: em 32 horas dedicadas ao estudo teórico, 18 horas à prática, 08 horas à prática como prática como componente curricular (PCC) e 06 horas à atividades de extensão. Outro ponto de divergência nas ementas das instituições é o da bibliografia básica. Novamente, identifica-se que a UFG utiliza-se de uma base teórica mais antiga, sendo a referência mais atual do ano de 2008. Por outro lado, em adição aos textos que são referência no campo disciplinar da Libras, como Quadros e Karnopp (2004) e Ferreira (2010), a UFCat discute também textos mais atuais, que tratam, inclusive, de questões de política linguística e educacional na educação dos e para os surdos.

A Universidade Estadual de Goiás dispõe de um PPC recente, que entrou em vigor no ano de 2024. Porém, além de não ofertar uma disciplina específica de ensino de PSLs,

a instituição, que oferece a disciplina de Libras no primeiro período, dedica toda a carga horária para estudo teórico. Ademais, assim como a UFG, a UEG não explora a literatura mais atual da área.

Quanto ao IFG, a ementa da disciplina evidencia que o curso aborda questões clínicas, educacionais e sociais da surdez, bem como temas da Linguística da Libras. A disciplina possui carga horária total de 54 horas, mas a distribuição destas horas não é mencionada. Igualmente à UFG e à UEG, as referências bibliográficas da disciplina baseiam-se em textos precursores deste campo de estudo.

Com os dados encontrados acerca da oferta da disciplina de Libras, pode-se notar que não há relação entre o ensino dessa disciplina com a formação de profissionais para ensino de PSLS. Apesar da necessidade de fluência - tanto em português quanto em Libras, por parte do docente de ensino de PSLS, os conteúdos abordados nas IES analisadas são para a aquisição linguística em nível básico. Além disso, nenhuma das IES apresenta, nas ementas da disciplina, algum tópico que relacione essa aquisição da Libras com o ensino de PSLS.

Por fim, após as investigações quanto às disciplinas de ensino de PSLS e de Libras, partiu-se pela busca por outras ações que viabilizem a formação de docentes para o ensino de português como segunda língua para surdos. Assim, buscou-se por disciplinas, ações de extensão ou menções ao ensino de PSLS. Ademais, verificou-se também as ementas de disciplinas e as atividades que discutem questões como a inclusão, a educação inclusiva, as línguas de sinais e a diversidade linguística, com o propósito de encontrar algum vínculo com o ensino de PSLS.

Nesta última investigação, identificou-se que o PPC do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás menciona uma disciplina denominada “Educação Inclusiva”, cujo objetivo é tratar sobre a inclusão e a importância da diversidade. Todavia, o PPC não expõe a ementa da disciplina. Esse componente curricular faz parte do Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudo das Áreas de Atuação Profissional, que aborda temas como a legislação educacional, os problemas e as soluções para a educação brasileira. As únicas informações expostas a respeito da disciplina são que ela é de natureza obrigatória, tem carga horária de 54 horas e é ofertada no quarto período.

A Universidade Estadual de Goiás oferece uma disciplina intitulada “Fonética, fonologia e ensino da Libras”. A disciplina está alocada no núcleo livre do curso e a sua

carga horária é de 60 horas. Entretanto, o componente curricular não possui ligação com o ensino de PSLS.

Além de uma disciplina específica de ensino de PSLS e da disciplina de Libras, a Universidade Federal de Goiás oferta uma disciplina chamada “Diversidade Linguística e Direitos Humanos”. Trata-se de uma disciplina optativa e com carga horária de 64 horas. Embora tenha a proposta de discutir assuntos como o panorama da diversidade linguística no Brasil e citar as línguas de sinais, não é possível identificar pontos de convergência entre essa disciplina e o ensino de PSLS.

A Universidade Federal de Catalão, por sua vez, dispõe-se de uma disciplina denominada “Estudos da linguagem, ensino e inclusão”, de natureza obrigatória e com carga horária de 64 horas. A disciplina ocupa-se de temas como: os aspectos legais, sócio-históricos e culturais da educação inclusiva e, entre outros, leitura, letramento e inclusão. Mesmo não tendo relação direta com o ensino de PSLS, a bibliografia complementar da disciplina menciona a dissertação “Educação bilíngue para surdos: um estudo acerca das práticas de letramento com alunos surdos usuários da Língua Brasileira de Sinais” (Cruz, 2016). Porém, a obra é citada na bibliografia complementar, o que não assegura que ela será de fato estudada. Além disso, a instituição oferece a disciplina de “Tópicos em práticas inclusivas no ensino e aprendizagem de línguas”. O componente curricular propõe-se a tratar de diversos assuntos como do conceito de inclusão, da formação do professor e das práticas pedagógicas e o ensino-aprendizagem de línguas na educação inclusiva. Vale destacar que a bibliografia complementar dessa disciplina faz referência à dissertação “Tenho uma aluna surda: experiências de ensino de língua portuguesa em contexto de aula particular” (Moraes, 2017). Entretanto, a dissertação faz parte da bibliografia complementar e a disciplina é de natureza optativa, o que não garante que todos os egressos do curso sejam contemplados por ela.

Assim como a disciplina específica de ensino de PSLS e a disciplina de Libras, a Universidade Federal de Jataí não apresenta nenhuma disciplina ou ação que corresponda à formação de professores para o ensino de PSLS.

Percebe-se, diante dos resultados obtidos, que a formação de professores de ensino de PSLS nas IES públicas do estado de Goiás ainda não está implementada de modo efetivo. Das cinco IES investigadas, apenas duas oferecem uma disciplina específica para a formação desses profissionais e, ainda assim, as disciplinas ofertadas são de natureza optativa, o que não garante a formação de todos os alunos egressos dessas instituições. Além disso, não se encontraram outras disciplinas, ações de extensão ou

atividades que viabilizassem essa formação. Então, nota-se que, mesmo com a expansão do ensino de PSLS como campo de pesquisa, como afirmam Fernandes, Pereira e Ribeiro (2024), ele ainda não está efetivado como disciplina e nem mesmo está presente na maioria dos cursos de licenciatura em Letras-Português, das instituições públicas do estado de Goiás, como prevê o Artigo 13, do decreto n.º 5.626/2005.

Considerações Finais

Esta pesquisa evidenciou ser indispensável que o currículo da formação inicial de professores de PSLS seja específico e considere a natureza linguística visual dos alunos surdos em uma proposta de educação bilíngue em Libras e na modalidade escrita do português. É primordial que essa formação esteja contemplada nos currículos de Letras-Português das diversas instituições de ensino superior do país.

Considerando a análise dos PPC's dos cursos de Letras-Português das cinco IES públicas do estado de Goiás, pode-se verificar que há uma lacuna na formação de professores para o ensino de PSLS. Na maioria das instituições, o ensino de PSLS ainda não é incluído como disciplina curricular na formação de professores de língua portuguesa. Além disso, não foram encontradas outras ações ou atividades que proporcionem essa formação. Assim, torna-se evidente que a legislação vigente, sobre a formação inicial do professor de PSLS, ainda não é cumprida.

A partir deste estudo, tornou-se notável que, mesmo após a ampliação da legislação em prol do ensino bilíngue de surdos, o campo disciplinar do ensino de PSLS também se expandiu. Ainda assim, é necessário que essas discussões passem do campo teórico para as práticas efetivas, especialmente no campo educacional.

Nessa perspectiva e visando ao cumprimento da legislação, é preciso que a formação de professores de PSLS esteja incluída nos cursos de Letras-Português, preferencialmente por meio de disciplinas obrigatórias, para que todos os estudantes egressos dos cursos sejam contemplados por essa ação. Ademais, é imprescindível que essa formação seja qualificada. Isto posto, é fundamental que os PPC's contemplem uma bibliografia que acompanha a evolução científica da área, conteúdos programáticos e divisões de carga horária teórica e prática, para que esses componentes possam contribuir para formar docentes preparados para a atuação adequada no mercado de trabalho e uma educação bilíngue de qualidade ao público surdo.

Referências

- AVELAR, T. F.; FREITAS, K. P. de S. Português como segunda língua: dificuldades encontradas pelos surdos. *Revista Sinalizar*, Goiânia, v. 1, n. 1. 12-24, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5216/rs.v1i1.36688>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revsinal/article/view/36688> Acesso em: 04 de nov. de 2024;
- BRASIL. Decreto-Lei nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial da União*: Pág. 28, Brasília - DF, 23 dez. 2005. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/12/2005&jornal=1&pagina=28&totalArquivos=360>. Acesso em: 14 de out. de 2024.
- CRUZ, Renata Cristina Vilaça. *Educação bilíngue para surdos*: um estudo acerca de práticas de letramento crítico com alunos surdos usuários da Língua Brasileira de Sinais. 2016. 104 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2016.174>. Acesso em: 14 de out. de 2024.
- FARIA-NASCIMENTO, S. P. et. al. *Proposta Curricular para o ensino de português escrito como segunda língua para estudantes surdos da educação básica e do ensino superior*. Caderno introdutório. Brasília: Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação: Dipebs/Semesp/MEC, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acesso_informacao/pdf-arq/0CADERNODEINTRODUOISBN296.pdf. Acesso em: 11 de nov. de 2024.
- FARIA-NASCIMENTO, S. P. Dos fundamentos teóricos à práxis no ensino de português escrito como segunda língua para surdos (PSLS). In: FERNANDES, S.; PEREIRA, M. C. C.; RIBEIRO, M. C. M. A. *Português escrito para surdos*: princípios e reflexões para o ensino. São Paulo: Parábola, 2024. Capítulo 3, p. 77-116.
- FEIJÓ-QUADRADO, C. G. F; VETROMILLE-CASTRO, R. Currículo, Tecnologias Digitais e Ensino (de Línguas): o que podemos esperar da Formação Inicial de Professores? *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 22, p. 1-25, 2024. DOI: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2024v22e61574>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/61574>. Acesso em: 04 de nov. de 2024.
- FELDMANN, M. G.; MASETTO, M. T.; FREITAS, S. A. Formação Inicial de Educadores: Currículo, Trabalho Pedagógico e Inovação. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v.14, n.03, p. 1130-1150, 2016. Disponível em: <um/article/view/29312>. Acesso em: 04 de nov. de 2024.
- FERNANDES, S. É possível ser surdo em português? Língua de Sinais e escrita: em busca de uma aproximação. In: SKLIAR, C. *Atualidade da educação bilíngue para surdos*: interfaces entre pedagogia e linguística. Porto Alegre: Mediação, 1999. Capítulo 5, páginas 59-81.
- FERNANDES, S. Letramento bilíngue e ensino de português para surdos. In:

FERNANDES, S.; PEREIRA, M. C. C.; RIBEIRO, M. C. M. A. *Português escrito para surdos: princípios e reflexões para o ensino*. São Paulo: Parábola, 2024. p.45-76.

FERNANDES, S.; PEREIRA, M. C. C.; RIBEIRO, M. C. M. A. Apresentação. In: FERNANDES, S.; PEREIRA, M. C. C.; RIBEIRO, M. C. M. A. *Português escrito para surdos: princípios e reflexões para o ensino*. São Paulo: Parábola, 2024.

FERREIRA, L. *Por uma gramática de línguas de sinais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 2010.

GHEDIN, E. L. Currículo, Civilização e Prática Pedagógica. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v.10, n.03, p. 72-87, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/12257>. Acesso em: 04 de nov. de 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS. *Projeto Pedagógico de Curso: Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa*. Goiânia, GO: IFG, 2018. Disponível em: <<http://cursos.ifg.edu.br/info/lic/lic-letras/CP-GOIANIA>>. Acesso em: 03 de abr. de 2025.

LODI, A. C. B.; HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L. Letramento e Surdez: um olhar sobre as particularidades do contexto educacional. IN: LODI, A.C.B.; MÉLO, A.D.B; FERNANDES, E. *Letramento, bilinguismo e educação de surdos*. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 11-24;

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Metodologia científica*. 5ª. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília-DF: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-cp-2019>. Acesso em: 23 de abr. de 2025.

MORAIS, E. A. de. *Tenho uma aluna surda: experiências de ensino de língua portuguesa em contexto de aula particular*. 2017. 94 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/22153>. Acesso em: 17 nov. 2024.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. *Língua de Sinais Brasileira: Estudos lingüísticos*, Artmed, 2004.

QUADROS, R. M. de; SCHMIEDT, M. L. P. *Idéias para ensinar português para alunos surdos*. Brasília: MEC, SEESP, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/publicacoes-secretarias/semesp/ideias-para-ensinar->

[portugues-para-alunos-surdos](#). Acesso em: 11 de nov. de 2024.

SOUZA, A. A. N. A formação de professores de Língua Portuguesa para o ensino de pessoas surdas. *Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional*, [S.I.] v. 11, n. 11, 2018. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/enfope/article/view/8710>. Acesso em: 04 de nov. de 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras: Habilitação em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e suas respectivas literaturas*. Anápolis, GO: UEG, 2023. Disponível em: https://www.ueg.br/iael/letras/ccseh/conteudo/10391_projeto_pedagogico. Acesso em: 03 de abr. de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO. *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Letras Português*. Catalão, GO: UFCAT, 2024. Disponível em: <https://iel.ufcat.edu.br/ppc-letras-portugues>. Acesso em: 03 de abr. de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. *Projeto Pedagógico de Curso de Graduação em Letras: Português - Licenciatura*. Goiânia, GO: UFG, 2024. Disponível em: <https://letras.ufg.br/p/296-projeto-pedagogico>. Acesso em: 03 de abr. de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. *Diretrizes de Formação de profissionais do Magistério da Educação Básica* [Ebook]. Goiânia: Ciar UFG, 2023. Disponível em: <https://prograd.ufg.br/p/diretrizes>. Acesso em: 23 de abr. de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ. *Projeto Pedagógico do Curso de Letras*. Goiânia, GO: UFJ, 2007. Disponível em: <https://cograd.jatai.ufg.br/p/35197-projetos-pedagogicos-dos-cursos-de-graduacao-da-ufj>. Acesso em: 03 de abr. de 2025.